ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA GRADUAÇÃO DO IFMT E OS DESAFIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19.

Luciana Gonçalves de Lima (PPGE/UFMT) – luciana.lima@ifmt.edu.br
Suely Dulce de Castilho – (PPGE/UFMT) – castilho.suely@gmail.com
GT 3 – Educação e Diversidades Culturais

Resumo:
Este artigo resulta dos estudos realizados para uma pesquisa de doutoramento que tem como tema o acesso e a permanência de estudantes quilombolas nas instituições federais de ensino superior de Mato Grosso. Neste texto, temos como objetivo apresentar os levantamentos realizados sobre as políticas de ingresso e assistência estudantil para estudantes quilombolas dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e refletir sobre suas realidades no contexto da Pandemia. Apesar dos avanços para o acesso de pessoas negras quilombolas na graduação com a implementação da Lei nº 12.711/2012, problematizamos neste estudo as ações e estratégias mobilizadas pela instituição no contexto da pandemia a fim de minimizar os impactos das desigualdades. O estudo se baseia na abordagem qualitativa e na pesquisa exploratória por meio de levantamentos bibliográficos e documentais. No campo teórico, nos orientamos em autores como Castilho (2019), Munanga (2004) e Silva (2020). Os resultados dos estudos apontam que apesar dos esforços institucionais para manutenção de auxílios financeiros emergenciais durante o ensino remoto, os estudantes quilombolas apresentam dificuldades para dedicação às atividades de ensino em função da precariedade dos serviços de internet, trabalho e rotinas domésticas difíceis de conciliar com os estudos.
Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas Afirmativas. Permanência Quilombola.

1 Introdução

Este trabalho é resultante dos estudos que estão sendo realizados numa pesquisa de doutorado sobre o tema: políticas afirmativas para acesso e permanência de estudantes quilombolas no Ensino Superior Público Federal em Mato Grosso. A pesquisa está vinculada à linha de Movimentos Sociais, Política e Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, bem como, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Quilombola – GEPEQ/PPGE/UFMT.

Nossos estudos sobre o acesso e a permanência estão para além do contexto da Covid-19, no entanto, não é possível desconsiderar que atravessamos um momento complexo, com aumento das desigualdades sociais que impactam nas condições de vida das populações negras urbanas, rurais e quilombolas e, consequentemente, refletem nas desigualdades educacionais com maior intensidade a partir de março de 2020.

Considerando que em Mato Grosso existem pelo menos noventa e sete comunidades quilombolas, buscamos problematizar sobre as formas de acesso de estudantes quilombolas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, políticas de assistência estudantil e sobre quais estratégias foram implementadas pela instituição no contexto da pandemia de COVID-19 para atendimento aos quilombolas matriculados em cursos de graduação.

Desse modo, nesta comunicação temos como objetivo apresentar discussões referentes aos levantamentos documentais sobre as políticas para acesso e assistência estudantil destinadas aos estudantes quilombolas do IFMT, bem como, um panorama sobre o perfil e a realidade dos estudantes quilombolas no contexto da Pandemia. A assistência estudantil é considerada a principal política de permanência destinada à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

As informações reunidas e reflexões elaboradas estão organizadas neste artigo da seguinte forma: introdução; metodologia; uma seção que apresenta síntese sobre o marco legal e conquistas institucionais no tocante as políticas afirmativas para a educação quilombola; outra seção em que apresentamos resultados parciais e discussões sobre os dados reunidos pelas pesquisadoras no tocante às ações de assistência estudantil destinadas aos estudantes quilombolas no IFMT durante a pandemia; considerações finais e as referências utilizadas.

2 Metodologia

A metodologia do trabalho é de abordagem qualitativa, do tipo estudo exploratório que nos permite realizar alguns procedimentos para levantamento e produção de dados, tais como: estudos bibliográficos sobre o tema; levantamento documental utilizando o sítio eletrônico da instituição para mapear as políticas, documentos e relatórios de acompanhamento dos estudantes cotistas beneficiados pela assistência estudantil; participação em atividades e eventos institucionais sobre a política de assistência estudantil e permanência no contexto da Pandemia de Covid-19; solicitação de informações junto ao setor de assistência estudantil da Reitoria do IFMT.

3 Acesso e permanência de estudantes quilombolas na graduação do IFMT

Para que possamos dialogar sobre o acesso e a permanência de estudantes quilombolas no IFMT sob a ótica das políticas afirmativas é preciso que façamos uma breve retomada sobre o contexto de implementação das ações afirmativas nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, cujos aparatos jurídicos a partir da década de 1990 que respaldam as políticas educacionais resultam de lutas históricas dos movimentos negros e quilombolas.

Dentre os mecanismos conquistados, podemos destacar a Constituição Federal de 1988 como um marco importante para as lutas quilombolas pelo reconhecimento de um conjunto de direitos relativos à terra, às reminiscências históricas dos quilombos como patrimônios culturais do país, dentre outras previsões estabelecidas pela Carta Magna.

Na educação, temos os desdobramentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 e suas alterações com a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, a Resolução nº 08/2012 do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Lei nº 12.711/2012 que instituiu as cotas sociais e raciais para a educação e possibilitou autonomia universitária para criação de políticas específicas para ingresso de quilombolas nas Universidades Públicas.

As primeiras Universidades Públicas no Brasil a implantar o sistema de reserva de vagas para pessoas negras na graduação foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual da Bahia, nos anos de 2000 e 2003, respectivamente. O processo foi realizado com respaldo de legislação estadual. Posteriormente, com a aprovação da Lei Federal n.º 12.711/2012, a Universidade de Brasília foi a primeira a implantar o sistema em 2013 no âmbito das federais.

Nesse contexto de implantação das cotas para pretos, pardos e indígenas é que algumas Universidades começaram a criar programas específicos para acesso e permanência de estudantes quilombolas na educação superior. A Universidade Federal de Goiás – UFG, foi a primeira a regulamentar política específica para ingresso de quilombolas no ensino de graduação por meio de Resolução do Conselho Universitário nº 29/2008. No caso dos Institutos Federais, não localizamos nas instituições que compõem a rede políticas específicas para ingresso de quilombolas no ensino de graduação, o que nos leva a compreender que esse grupo étnico acessa a rede por meio das cotas destinadas às pessoas pretas ou pardas, quando optam pelo ingresso via ações afirmativas.

Munanga (2004, p. 04), ao analisar a implementação da política de cotas para as Universidades Públicas reconhece seus limites, no entanto, afirma sua importância ao considerar que: “A desigualdade social que existe há quatrocentos anos não pode ser resolvida por meio de políticas universalistas. É preciso, portanto, traçar políticas específicas para se encontrar uma solução”.

Silva (2020) reconhece a importância dos avanços nas legislações citadas, no entanto, ressalta que as garantias das leis no Brasil não se traduzem em efetividade na operacionalização das políticas públicas e, que no caso da LDB de 1996, sua aprovação ignorou as reivindicações do movimento negro e quilombola expressas na Carta do I Primeiro Encontro Nacional de Quilombos em 1995 que apontava a necessidade de uma educação que valorizasse as especificidades culturais dos grupos, unificação do piso salarial e formação docente.

Na esteira da reflexão da autora, é possível afirmar que ainda neste milênio está colocado como desafio à materialização de políticas públicas a compreensão sobre os aspectos

multiculturais que envolvem o quilombo e os/as quilombolas e, sobretudo, a transposição da valorização cultural, ancestralidades e identidades nos currículos, bem como, práticas pedagógicas plurais que considerem as configurações heterogêneas dos quilombos contemporâneos (CASTILHO, 2019).

As reflexões das autoras acima referenciadas não se restringem a pensar as particularidades da educação quilombola no percurso da educação básica. São afirmações pertinentes para dialogarmos sobre as lutas em torno de políticas educacionais afirmativas específicas para acesso de quilombolas no ensino superior que estejam aliadas às políticas de permanência que dialoguem com as particularidades que o grupo requer: assistência para transporte, alimentação e residência estudantil considerando as distâncias das comunidades; ações pedagógicas para organização das rotinas de estudos no ambiente universitário; ações orientativas para a inclusão tecnológica no "mundo" dos sistemas acadêmicos e ambientes virtuais das instituições; fortalecimento dos coletivos negros/quilombolas nas instituições; ações de acolhimentos e acompanhamento acadêmico.

Para esta comunicação, elegemos o IFMT como lócus de estudo, cuja estrutura multicampi possui dezenove unidades e cinco Centros de Referências no estado de Mato Grosso, que ofertam quarenta e oito cursos de graduação nas diversas áreas de conhecimentos. Em 2013, a política afirmativa para o ingresso de estudantes cotistas foi implementada no IFMT com base na Lei 12.711/2012 e, em 2018, foi publicada a Política de Ações Afirmativas de Inclusão Socioeconômica, Étnico-racial e para Pessoas com Deficiência aprovada por meio da Resolução do Conselho Superior - CONSUP n.º 016/2018 que estabelece 60% das vagas destinadas às cotas para pretos, pardos indígenas e pessoas com deficiência. Identificamos nesses documentos que no IFMT não há política específica de cotas para ingresso de estudantes quilombolas na graduação como já ocorre nas Universidades Federais.

Assim, localizamos o registro de quinze estudantes autodeclarados como quilombolas no IFMT, com comprovação étnica emitida por autoridade local, que ingressaram por meio da reserva de vagas destinadas às pessoas pretas ou pardas ou pela ampla concorrência, conforme o detalhamento que será feito na próxima seção. Esses estudantes foram identificados por meio da inscrição no Programa Bolsa Permanência do MEC – PBP/MEC.

O PBP/MEC foi criado em 2013 pela Portaria Ministerial n.º 389/13. Programa destinado aos estudantes indígenas, quilombolas e demais estudantes em situação de vulnerabilidade social, matriculados em cursos de graduação em instituições públicas, com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias. Atualmente, é o principal programa

de assistência estudantil destinado aos quilombolas com repasse financeiro direto do MEC, cuja bolsa tem valor padronizado em R$ 900,00 mensais.

Até meados de abril de 2021, o acompanhamento de estudantes quilombolas no âmbito do PBP/MEC no IFMT era de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino em articulação com os Campi. A partir de maio de 2021, a Reitoria criou a Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidades – DSAEstudantil, que atualmente é responsável pela orientação e acompanhamento de estudantes quilombolas na instituição.

Ademais, as políticas até aqui apresentadas foram pensadas para a permanência em tempos considerados normais. No entanto, a partir de março de 2020, o Brasil foi atingido pelo contexto da crise mundial em decorrência da Pandemia do novo corona vírus. Na próxima seção, dedicaremos às reflexões em torno da principal política de permanência das instituições federais de ensino superior, a Assistência Estudantil, abordando alguns aspectos sobre o perfil de estudantes quilombolas do IFMT e os desafios por eles apontados no contexto da Pandemia.

4 Assistência estudantil para estudantes quilombolas no contexto da Pandemia de COVID-19 no IFMT

Uma das primeiras pesquisas realizadas sobre o desempenho de estudantes cotistas em 2008, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, realizada no contexto em que Universidades Estaduais e Federais implementavam experiências de cotas raciais, constatou-se que estudantes cotistas de quatro universidades federais tinham desempenho similar ou superior ao dos estudantes não cotistas (RIBEIRO, 2019).

Não temos dúvidas de que as políticas de assistência aos estudantes foram e são fundamentais para os dados positivos na implementação das cotas. Desse modo, compreendemos que as políticas de acesso devem estar em consonância com políticas de permanência mais amplas que perpassam pelas ações e programas desenvolvidos por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Decreto 7234/2010. Atualmente, o PNAES é a principal fonte de financiamento das ações de assistência aos estudantes das instituições federais de ensino superior brasileiras.

Desse modo, além do PBP/MEC os estudantes quilombolas da rede federal podem ser contemplados com auxílios estudantis complementares oriundos do PNAES. No IFMT, a política de Assistência Estudantil regulamentada por meio da Resolução do Conselho Superior - CONSUP nº 094/2017, permite o acúmulo de bolsas e auxílios até o limite de um salário mínimo e meio, em diferentes modalidades.

No entanto, os programas de assistência estudantil até então organizados têm como referência o contexto do ensino presencial. Desse modo, voltamos nosso olhar para verificar se a política de assistência estudantil reorganizou suas formas de atendimento junto aos estudantes em função da necessidade de isolamento e da execução do ensino remoto.

Assim, observamos que entre março a agosto de 2020 o IFMT teve seu calendário suspenso, mantendo as ações de assistência estudantil na modalidade de Auxílios Emergenciais para apoio a alimentação, inclusão digital, moradia, saúde, distribuição de kits de alimentos, materiais de higiene e proteção contra a COVID-19 e apoio pedagógico para a impressão de materiais conforme as normativas elaboradas para simplificação dos processos seletivos: instruções normativas – IN/Reitoria 008/2020, nº 002/2021 e nº 03/2021.

A partir de agosto de 2020 o calendário acadêmico foi retomado por meio de atividades remotas para todos os níveis e modalidades de ensino utilizando diferentes ferramentas e plataformas virtuais para execução de aulas e demais atividades de ensino por meio do Regulamento de Exercícios Domiciliares instituído pela Instrução Normativa da Reitoria – IN nº 003/2020, alterada pela IN nº 009/2020. Ações que impactam a vida dos estudantes pobres e, sobretudo, daqueles que residem em comunidades rurais com dificuldades de acesso à internet por ausência de estrutura tecnológica que ultrapassa a questão da condição financeira das pessoas.

Conforme os dados levantados pelas pesquisadoras, a instituição conta com o registro de quinze estudantes quilombolas matriculados em cursos de graduação entre os anos de 2014 a 2020, com adesão ao PBP/MEC, dos Campi Cuiabá Octayde Jorge da Silva/Centro, Cáceres, São Vicente, Cuiabá Bela Vista e Várzea Grande, com autodeclaração de pertencimento étnico apresentada. São oriundos das comunidades de Mata Cavalo/Município de Livramento, Chumbo/Município de Poconé, Lagoinha/Município de Chapada dos Guimarães, Bela Cor e Boqueirão/Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Na próxima subseção, apresentaremos os principais resultados sobre o levantamento do perfil, ações de assistência estudantil e dificuldades enfrentadas por esse grupo de estudantes no decorrer da pandemia.

4.1 Resultados e discussões

Conforme a análise documental, observamos que na principal ação de assistência estudantil destinada aos estudantes quilombolas no IFMT por meio do PBP/MEC, houve aumento no número de concessão de bolsas tendo como referência a abertura do primeiro edital

em 2016, sendo cinco estudantes contemplados e depois em 2018 a adesão de mais dez bolsas, totalizando quinze estudantes contemplados. Após esse edital, o MEC não publicou autorização para novos cadastros. Os estudantes recebem uma bolsa no valor de R$ 900,00 mensais, bem como, outros auxílios estudantis dos programas internos dos Campi do IFMT, conforme os detalhamentos descritos no quadro 1.

Quadro 1: Dados sobre o perfil.
Pesquisa de acompanhamento institucional realizada com estudantes quilombolas do IFMT no contexto da Pandemia do SARS-CoV-2 em 2021.

Formas de Ingresso	Cor/Raça	Sexo	Renda familiar	Cursos
Cotas para pretos e pardos: 72,7% Ampla concorrência: 27,3%	Pretos: 81,8% Pardos: 9,1% Brancos: 9,1%	Feminino 60% Masculino 40%	Até um salário mínimo e meio. Equivalente a R$1.650.	Biologia Engenharia Florestal Gestão Ambiental Geoprocessamento Secretariado Executivo Tecnólogo em Biocombustível Turismo Zootecnia

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras (2021).

Conforme nos apresenta o quadro 1, os estudantes quilombolas acessam a instituição majoritariamente inscritos pelas cotas para pretos e pardos. Se enquadram no perfil de renda per capita familiar de acordo com o estabelecido pelo PNAES e estão matriculados em diferentes cursos de graduação com prevalência em áreas de conhecimentos que de algum modo possuem atividades tecnológicas ligadas às ciências da natureza seja para os trabalhos com humanos ou animais.

Quadro 2: Pesquisa de acompanhamento institucional realizada com estudantes quilombolas do IFMT no contexto da Pandemia do SARS-CoV-2 em 2021. Dados sobre assistência estudantil e dificuldades com o ensino remoto.

Modalidades dos auxílios e valores	Atrasos nos pagamentos entre 2020 a junho de 2021	Principais dificuldades no ensino remoto.	Equipamentos para acessar as aulas.
Programa Bolsa Permanência do MEC – PBP/MEC. R$900,00 mensais. Auxílios institucionais com orçamento do PNAES: conectividade; concessão de	81,8% responderam que não houve atraso nos pagamentos dos auxílios estudantis. 18,2% responderam que houve atrasos esporádicos em seu campus.	Internet muito ruim em casa; conciliar com estágio, bicos e trabalhos temporários; estudar em casa não é igual no IFMT porque em casa tem muitos afazeres; tensão em saber se vou conseguir manter minha família, que tem vários	Notebook: 90,9% Celular: 81,8% Tablet: 9,1%

notebook; saúde; alimentação e residência pedagógica. Os valores desses auxílios variam de R$100,00 a R$400,00.		desempregados e, 70% declarou que precisou sair para trabalhar durante a pandemia.	

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras. Ano: 2021.

Os dados apresentados no quadro 2 corroboram o disposto na Política Institucional de Assistência Estudantil do IFMT sobre as possibilidades de acúmulo da bolsa do PBP/MEC e outras modalidades de auxílios estudantis vinculados ao PNAES. Os valores dos auxílios estudantis do PNAES variam conforme cada Campus em função da disponibilidade orçamentária que é distinta em cada unidade, considerando o número de estudantes matriculados e a política de divisão do montante do recurso recebido para as diferentes ações de assistência estudantil.

Sobre as modalidades dos auxílios estudantis no contexto da Pandemia, verificamos que a Instituição regulamentou aos auxílios conectividade para compra de pacote de dados de internet, concessão/empréstimos/cessões de equipamentos como notebook e tablete, apoio para materiais pedagógicos e doação de kits de alimentos que não eram modalidades frequentes nos editais dos Campi em tempos de normalidade. No tocante a regulamentação dessas modalidades por meio de Auxílios Emergenciais, a estratégia observada nos documentos regulatórios se trata da garantia da concessão do repasse financeiro em modalidades justificáveis na ausência de atividades presencias no Campus.

Nas colunas três e quatro é possível observar que apesar dos estudantes apontarem possuir os equipamentos para acessar às aulas remotas e demais atividades de ensino, as dificuldades com o sinal de internet foram apontadas por todos os estudantes, seguidas das dificuldades que estão colocadas para as famílias pobres e pessoas negras em ter que priorizar a saída para o trabalho em detrimento das atividades de estudos. Elementos que coadunam com as desigualdades raciais, sociais e educacionais que marcam a história da população negra no Brasil.

Outro dado que consideramos relevante apontar sobre o levantamento feito junto aos estudantes, não incluso na tabela em função do espaço, se refere as informações sobre saúde no tocante a contaminação pela COVID-19 entre 2020 e 2021: 63,6% responderam que não se contaminaram e 36,4% contraíram a doença; 72,7% foram vacinados e 27,3% ainda aguardavam o agendamento. Todos os dados apresentados no artigo tem como referência a data de coleta das informações realizadas até o mês de agosto de 2021.

Conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018) cerca de 6 milhões de estudantes brasileiros não têm acesso à internet. Desse quantitativo, 190 mil são estudantes de graduação e cerca de 72 mil são de instituições públicas. Sobre o perfil dos estudantes, a pesquisa do IPEA aponta que são maioria pessoas negras ou indígenas e de baixa renda.

Apesar dos investimentos e esforços que as instituições de ensino têm feito para atender os estudantes vulneráveis com a oferta de auxílios emergenciais para alimentação, saúde e inclusão digital, não é tarefa simples garantir acesso ao ensino remoto com qualidade durante a pandemia aos discentes das comunidades tradicionais que possuem serviços públicos precarizados. Observa-se a emergência de políticas públicas integradas a nível de estado de Mato Grosso no tocante aos serviços de estrutura tecnológica e energética nas comunidades remanescentes de quilombos.

5 Considerações finais

Apesar dos avanços nas ações afirmativas para ingresso e permanência nas instituições federais de ensino superior, o contexto das desigualdades educacionais para a população negra e quilombola vem se agravando no cenário da Pandemia da Covid-19 que já ceifou mais de 280 mil de vidas no Brasil.

De acordo com o Observatório da Covid-19 nos Quilombos, iniciativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas - CONAQ em parceria com o Instituto Socioambiental, até o início do mês de outubro de 2021, registrou-se o número de 5.654 casos de Covid-19 confirmados e 301 óbitos de quilombolas nas comunidades brasileiras. Em Mato Grosso, o relatório aponta 4 óbitos nos municípios de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. Estima-se que o número seja maior, bem como, o aumento da letalidade em função das falhas no sistema de notificação que para além do quesito cor/raça não está evidenciado o pertencimento étnico.

No cenário da crise de saúde pública que agravou as condições sociais e econômicas da população, as desigualdades educacionais também se fazem presentes no contexto do ensino remoto. Os Institutos Federais tiveram seus calendários presenciais suspensos durante o primeiro semestre de 2020 e iniciaram uma corrida pelo apoio aos estudantes para o fornecimento dos auxílios tecnológicos e assistenciais para atender os estudantes cotistas e vulneráveis em geral.

Durante o mapeamento das políticas e documentos institucionais observamos e participamos de atividades e fóruns promovidos pelo IFMT e outras instituições federais de ensino que revelam a preocupação das instituições e compromisso dos/das profissionais atuantes na assistência estudantil no tocante as estratégias de atendimento aos estudantes cotistas no contexto do ensino remoto.

Nesse esforço coletivo, podemos sistematizar algumas ações que estão sendo realizadas pelo IFMT e por outras instituições de ensino superior como forma de minimizar os impactos da pandemia nas condições de acesso e permanência dos estudantes em geral:

- Acolhimentos virtuais realizados por psicólogos e assistentes sociais para escutas qualificadas individuais e coletivas;
- Oficinas virtuais para trocas de vivências;
- Palestras sobre saúde mental e organização dos estudos;
- Atendimentos psicológicos online a partir dos projetos de iniciativa do coletivo de psicólogos;
- Flexibilização de documentações para fins de concessão de auxílios estudantis;
- Orientações virtuais aos estudantes feitas por assistentes sociais e demais técnicos atuantes na área de ensino dos Campi sobre editais dos auxílios estudantis;
- Orientações das equipes de ensino aos gestores públicos e professores sobre como as rotinas no ambiente virtual e grupos em redes sociais tem potencializado processos de adoecimentos;
- Capacitações sobre ferramentas digitais e uso adequado das redes sociais para docentes e estudantes.

6 Referências

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br Acesso em 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br Acesso em 2019.

BRASIL. Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013. **Dispõe sobre o Programa Bolsa Permanência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br Acesso em 2019.

CASTILHO, Suely Dulce de Castilho. **A educação escolar quilombola e a questão da identidade.** *In:* Educação Escolar Quilombola: avanços e desafios. CASTILHO, Suely Dulce (Org.). Cuiabá-MT: Editora Sustentável, 2019. p. 21-40.

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas. **Quilombo sem Covid-19. Vidas quilombolas importam!** 07/10/2021. Disponível em: < https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em: 08 de outubro de 2021.

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Resolução CONSUP nº 16/2018. **Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas de Inclusão Socioeconômica, Étnico-racial e para Pessoas com Deficiência**. Cuiabá: 2018.

_____. Resoluções CONSUP nº 094/2017 e 095/2017. **Dispõem sobre a Política e Regulamento Geral de Assistência Estudantil do IFMT**. Cuiabá: 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População sem acesso à internet em banda larga ou 3G/4G em seu domicílio**. Brasil: Ipea, 2018.

LOURENÇO, Sonia Regina Lourenço. **Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso**. *In:* Campos, Revista de Antropologia do PPGAA/UFPR, V. 17, nº 2, Julho-dez. 2016. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/56215/pdf_1> Acesso em: 10 de julho de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Givânia Maria da. **As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola e os desafios da efetivação**. *In*: Educação e Práticas Comunitárias. Renata Montechiare e André Lázaro (Orgs.). RJ: 2020.